



“A vida sem luta é um mar morto no centro do organismo universal”
Machado de Assis

Abrasel defende retomada do horário de verão

Diante do recente anúncio do aumento da bandeira tarifária de energia elétrica, a Abrasel propõe a retomada do horário de verão ainda em 2024. Com a aplicação da bandeira vermelha 1 em setembro, conforme comunicado pelo governo, a discussão sobre o retorno do horário de verão ganhou nova relevância, destacando benefícios para diversos setores econômicos, incluindo os bares e restaurantes. O vice-presidente Geraldo Alckmin defendeu a medida.

Mais tempo fora de casa

Desde 2019, quando o horário de verão foi suspenso, a Abrasel apoia sua retomada, sob o argumento de que, com



mais horas de luz natural, as pessoas tendem a passar mais tempo fora de casa, dedicando-se a atividades de lazer e consumo nos estabelecimentos comerciais. Segundo estimativas de associações de lojistas no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, nos dias de horário de verão, há um aumento de faturamento por volta de 4% para as lojas de rua.

Reunião Lide Brasil-França

O presidente da Abras, João Galassi, participou da Reunião Lide Brasil-França, realizada no Palácio Élysée, com o presidente francês, Emmanuel Macron, e empresários brasileiros de grandes corporações. O encontro focou nas relações bilaterais e nas oportunidades de cooperação estratégica entre os dois países.

Laurent Blevenec / Présidence de la République



Entrada na OCDE

“Esse encontro sublinha a crescente relevância da Abras e do varejo alimentar brasileiro no cenário global. Discutimos importantes avanços na cooperação Brasil-França, incluindo o apoio à entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a relação com a União Europeia. Saímos com boas notícias, confiantes e otimistas em relação ao futuro”, destaca Galassi.

Dúvidas sobre o cashback

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado realizou audiência pública com o Grupo de Trabalho para a regulamentação da Reforma Tributária. Os temas foram o cashback e a cesta básica nacional. O cashback prevê a devolução de tributos como o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) para famílias de baixa renda. Felipe Tavares, economista-chefe da CNC, destacou a importância do cashback para o Sistema Comércio, mas também expressou preocupações quanto à falta de determinação envolvendo sua implementação. “Não temos nenhuma previsibilidade de como esse cashback será implementado”, alertou.

Carnes na cesta básica

A cesta básica nacional, abordada no artigo 120 do PLP 68/24, busca zerar as alíquotas do IBS e da CBS sobre produtos alimentícios básicos. No entanto, a inclusão de itens como

carnes e queijos gerou debate sobre o impacto dessas mudanças na alíquota geral dos novos tributos. A CNC defendeu a inclusão de mais itens na cesta básica, “considerando essencial que a política de desoneração não comprometa a qualidade da alimentação da população”.

Inclusão de telecom

Já o presidente executivo da Conexis, Marcos Ferrari, argumentou, na audiência pública no Senado, em favor da inclusão de serviços de telecomunicação em cashback de energia. Segundo ele, a inclusão do setor na alíquota de 100% para a CBS e 20% para o IBS de cashback — a mesma prevista para os serviços de energia elétrica, água, esgoto e gás natural — teria impacto praticamente nulo no IVA. O dado está em estudo da PGA Consultoria, encomendado pela Conexis Brasil Digital. Ele aponta que o impacto seria de apenas 0,01 ponto percentual. Com isso, a alíquota estimada passaria de 28,32% para 28,33%.

William Sant'Ana/Senado



Impacto social

Segundo Ferrari, a medida teria grande efeito social. “Pesquisa do IBGE sobre os orçamentos familiares aponta que as famílias de baixa renda, com ganhos até um salário mínimo, comprometem 11,5% da renda familiar com serviços de telecom. O cashback pode ajudar a fazer inclusão digital”, completa.

Sesc



Festival de música para os trabalhadores do Comércio

Com o objetivo de promover a descoberta de novos talentos musicais, o Serviço Social do Comércio do Distrito Federal está com inscrições abertas, até 23 de setembro, para o 1º Festival de Música Sesc Canta Comerciário. Podem participar cantores e cantoras com mais de 18 anos, que trabalhem no comércio de bens, serviços e turismo do DF e Entorno. Serão distribuídos R\$ 11 mil em premiações. Mais informações no site do Sesc/DF

A importância do desenvolvimento econômico no Entorno

Geração de empregos, por meio do desenvolvimento econômico, é um dos grandes desafios das prefeituras do Entorno do DF, chamado oficialmente agora de região metropolitana. Buscar caminhos para dar mais oportunidades de trabalho em seus municípios, para que parte da população não precise se deslocar à capital federal em busca de renda, é uma das preocupações dos candidatos. A TV Brasília, em parceria com o Correio Braziliense, está realizando sabatina com os candidatos das cinco cidades mais populosas da região. Acompanhe diariamente, no Jornal Local, às 18h.

EDUCAÇÃO / Nos últimos dez anos, embora tenha trazido pontos importantes, o Plano Nacional de Educação não foi cumprido

Metas para as próximas gerações

» ALINE GOUVEIA

O Plano Nacional de Educação (PNE) determina metas e estratégias para a política educacional em um período de dez anos. O documento vigente foi implementado em 2014 e é válido até 2025. Na última década, alguns avanços puderam ser notados, como a ampliação do acesso à educação básica e o aumento do número de matrículas no ensino superior. No entanto, muitas diretrizes estabelecidas não foram plenamente atingidas e a renovação no plano é essencial para garantir as aprendizagens e o futuro de crianças e jovens.

Balanco da Campanha Nacional pelo Direito à Educação mostra que 90% das metas não foram cumpridas, 13% estão em retrocesso, 35% apresentam lacuna de dados e apenas 10% foram parcialmente cumpridas. Andressa Pellanda, coordenadora da iniciativa, aponta alguns fatores que interferiram no cumprimento do PNE. Para a especialista, a Emenda Constitucional 95/2016, que estabeleceu o teto de gastos, reduziu drasticamente os recursos destinados à educação.

“A falta de uma definição clara de responsabilidades articuladas e a ausência de um Sistema Nacional de Educação eficaz resultaram em uma articulação federativa deficiente, levando à descontinuidade de políticas e à ineficiência nos gastos educacionais. A pandemia de covid-19 exacerbou as desigualdades existentes e introduziu novos desafios ao sistema educacional, afetando significativamente a qualidade e o direito à educação”, cita Andressa.

Metas fundamentais, como a valorização dos profissionais da educação, a universalização da educação infantil para crianças de 4 a 5 anos e a erradicação do analfabetismo também conti-

nuam como grandes desafios para o país. Nesse sentido, a deputada federal Carol Dartora (PT-PR), que integra a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, cita que a implementação desigual entre as diferentes regiões do país também impacta negativamente no cumprimento de várias metas.

“A descontinuidade das políticas públicas, com mudanças de governo e de prioridades, também afetou a execução do plano. Além disso, questões de gestão e a ausência de uma coordenação eficaz entre os entes federativos dificultaram a implementação das metas de forma uniforme em todo o país”, frisa Anna.

Na avaliação do Ministério da Educação (MEC), para melhorar a execução do PNE, é necessário fortalecer o regime de colaboração entre os governos federal, estaduais, distrital e municipais.

Novo PNE

Anna Helena Altenfelder, presidente do Conselho de Administração do Cenpec (ONG que desenvolve projetos com foco nas reduções das desigualdades educacionais), pontua que o PNE é um marco importante para a educação. “Não cumprir o PNE significa que estamos negando o direito das crianças e adolescentes de terem acesso à educação de qualidade”, frisa Anna.

Neste ano, o MEC encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2.614/2024, que estabelece diretrizes para a próxima década (2025-2034). O texto prevê 18 objetivos para a educação infantil, alfabetização, ensino fundamental e médio, educação integral, diversidade e inclusão, educação profissional e tecnológica e educação superior.

Para cada objetivo, foram estabelecidas metas que permitam o monitoramento ao longo dos 10 anos de vigência.

Lucio Bernardo Jr/Agência Brasília



Balanco da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação mostra que 90% das metas não foram cumpridas

Plano no DF

No Distrito Federal, o Plano Distrital de Educação (PDE), com vigência até julho de 2025, foi instituído para atender às necessidades educacionais da capital federal e está alinhado aos objetivos estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação. O instrumento é composto por 21 metas e 411 estratégias.

Lívia Rodrigues, gerente de Planejamento e Acompanhamento do PDE, analisa que o DF avançou significativamente em metas relacionadas ao acesso à educação básica, à inclusão de estudantes com deficiência, à formação dos profissionais da educação e à educação superior. Porém, a especialista pondera que áreas que ainda demandam atenção especial, como a educação de jovens e adultos, a valorização dos profissionais da educação e o financiamento voltam a ser foco nas discussões do novo PNE e, por conseguinte, no Plano Distrital de Educação.

“A Secretaria de Estado de Edu-

cação, em parceria com o Fórum Distrital de Educação, iniciou o planejamento para a elaboração do novo Plano Distrital de Educação para o decênio 2025-2034, logo após a realização da Conferência Nacional de Educação. As ações incluem a formação de uma Comissão Técnica Distrital e subcomissões, que serão responsáveis por discutir temas relacionados às metas do atual PDE e aos objetivos do Projeto de Lei do novo Plano Nacional de Educação”, diz Lívia.

Alessandra Lopes Moreira, diretora do Centro de Ensino Fundamental 12 de Taguatinga, ressalta que, apesar dos esforços e avanços em várias áreas, o cumprimento pleno das metas educacionais enfrenta obstáculos relacionados a recursos, infraestrutura e necessidade de maior apoio pedagógico. De acordo com a gestora, o balanço é positivo no que diz respeito ao acesso e à inclusão, mas a qualidade do ensino ainda precisa de melhorias. “O CEF 12 tem se empenhado em promover a formação continuada dos professores, mas

ainda falta valorização salarial e melhores condições de trabalho. A taxa de matrículas está alinhada com a meta de universalização do ensino fundamental, garantindo o acesso de todos os alunos. No entanto, desafios persistem na questão da aprendizagem e na redução da reprovação e evasão escolar”, elenca Alessandra.

Escolha a escola do seu filho

O Correio deu a largada para o especial que, todos os anos, mostra essa e outras novidades do mundo da educação para ajudar os pais na importante decisão a respeito da trajetória escolar de seus filhos. O especial *Escolha a escola do seu filho* chega à 18ª edição com podcasts, vídeos e reportagens para ajudar na escolha. Confira no site especial, pelo link escolhaescola.correio braziliense.com.br e também na edição impressa e digital, no próximo domingo.

Eu acho...

Estudantes comentam o que precisa melhorar na educação brasileira



Sued da Silva, 15 anos

“A principal parte positiva são os professores, eles ajudam os alunos a pensar. O ponto negativo é a falta de verbas e profissionais da educação, o que impacta no conteúdo escolar”



Samuel Costa, 14 anos

“A partir do ensino fundamental, já deveria começar a ter Bolsa Atleta ou um especialista que captasse os jovens que se destacam nos esportes”



Yasmim de Almeida, 16 anos

“A falta de professores é uma parte negativa. Quando algum professor tem que aposentar, ou algo do tipo, demora muito a fazer a reposição por outro”